

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

PLANO DE TRABALHO:

**REVISÃO DAS BASES DE INFORMAÇÃO E
PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR.**

ELABORAÇÃO:

FERNANDO S.B. TEIXEIRA

Salvador, Julho 1989.

IDD-2

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
366	28 / 05 / 91	
N ° Reg.	Data	

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. JUSTIFICATIVA	02
3. OBJETIVOS DO TRABALHO	03
3.1. Objetivo Geral	03
3.2. Objetivos Específicos	04
4. METODOLOGIA	06
5. CRONOGRAMA	11
6. RECURSOS	
6.1. Recursos Humanos	12
6.2. Recursos Materiais	12
6.2.1. Material Permanente	12
6.2.2. Material de Consumo	13
6.3. Serviços	14

1. INTRODUÇÃO

O plano de trabalho que se segue tem como finalidade a revisão e/ou atualização das bases espaciais de referência para o planejamento, informação, administração e outras, que de algum modo subdividam o Município de Salvador em irações de seu território (zonas, setores, regiões, distritos, etc.), e pretende também a intercompatibilização de seus limites, de modo a reduzir ao mínimo as incongruências atualmente verificadas.

Devido ao seu caráter, o trabalho pressupõe - e não pode dispensar - para sua viabilização uma ação conjunta e integrada dos três níveis de governo, pois envolve, necessariamente, a redefinição de atos municipais, estaduais e federais, alguns institucionalizados por lei.

Compreendendo uma escala macro de abordagem - o Município de Salvador como um todo - insere-se entre as atividades naturais do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Secretaria Municipal de Planejamento, devendo referenciar a montagem de um Sistema de Informações para o Município, já em fase de programação neste Departamento.

Inicialmente deverão ser abordadas as seguintes bases e envolvidos os respectivos órgãos responsáveis:

- Setores censitários - IBGE/Gov. Federal
- Zonas de Informação - CONDER/Gov. Est. da Bahia
- Unidades Espaciais de Planejamento - SEPLAM/PMS.
- Regiões Administrativas - Casa Civil/PMS.
- Distritos Municipais - Gov. Est. da Bahia/PMS.

2. JUSTIFICATIVA

Algumas das bases referidas encontram-se hoje com seus limites desatualizados em razão de fatores diversos como: o crescimento urbano, a ocupação desordenada do solo e a própria descontinuidade administrativa e institucional.

Verifica-se a dificuldade de recomposição dos traçados originais, devido ao desaparecimento dos marcos de referência utilizados na descrição dos limites, que podem incluir elementos geográficos (córregos, fundos de vale, cotas altimétricas, etc.) e urbanísticos (vias, caminhos, vales, cercas, etc.) facilmente perecíveis, além de linhas imaginárias definidas por sistema de coordenadas.

Um outro aspecto a considerar consiste em que, apesar das bases manterem estreita relação entre si, e em muitos casos partirem de uma mesma referência - como por exemplo os setores censitários do IBGE - observa-se diversas incompatibilidades entre os diferentes zoneamentos, principalmente pelo não rebatimento dos limites das zonas, o que vem gerando dificuldades crescentes ao Município no sentido de agregar informações e integrar ações que pressuponham uma atuação regionalizada.

O problema resulta, por um lado, da dispersão dos esforços governamentais, inclusive a nível intra-municipal, consubstanciada na atomização das ações e superposição de iniciativas que não consideram, ou não priorizam, a necessidade de uma integração efetiva entre os diferentes organismos do setor público.

Por outro lado, tem como determinante a própria evolução urbana, que impõe a necessidade de uma constante adaptação de qualquer zoneamento à realidade sempre dinâmica de uma estrutura sócio-econômica e espacial em permanente estado de mutação.

Concebidas em momentos históricos específicos e muitas vezes submetidas a instrumentos normativos pouco flexíveis, as bases territoriais de informação e planejamento acabam por trazer apenas momentos distintos de uma dada realidade, sucumbindo facilmente às dificuldades de adaptação indispensáveis à sua própria sobrevivência no plano operativo.

A inexistência de um processo contínuo de planejamento é, sem dúvida, senão a causa, o grande dificultador para a superação desse impasse; soluções alternativas, contudo, ainda que limitadas por sua própria natureza, sempre são passíveis de serem empreendidas e devem ser adotadas na medida de sua oportunidade.

O trabalho que ora se pretende desenvolver situa-se diante das limitações da inexistência de um estudo mais global sobre o problema e face a oportunidade de se promover alterações nas referidas bases num momento propício a este tipo de intervenção.

Devem ser considerados como fatores determinantes para a sua elaboração: a iminência do próximo censo demográfico a ser empreendido em 1990; a recente realização de planos urbanísticos para sub-espacos do Município pela SEPLAM, que detalham aspectos da estrutura urbana de Salvador; e a futura implementação da nova Constituição Estadual, que transfere aos Municípios a competência para definir os limites distritais no âmbito do seu território.

3. OBJETIVOS DO TRABALHO

3.1. OBJETIVO GERAL

- Compatibilizar as bases territoriais de informação, planejamento e administração do Município de Salvador, a partir da revisão e adaptação mútua dos limites dos Setores Censitários (IBGE); Zonas de Informação do Sistema de Informações Metropolitano (CONDER); Unidades Espaciais de Planejamento do

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Regiões Administrativas e Distritos Municipais de Salvador;

- Integrar os sistemas administrativos, de informações e planejamento, que tenham por base o Município de Salvador ou sub-estações de seu território.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar a situação atual das bases de informação e planejamento objetos deste estudo, envolvendo a delimitação utilizada nos zoneamentos e os instrumentos institucionais (Leis e Decretos se houverem) que as normatizam;
- Identificar, para cada base, os trechos passíveis de revisão por problemas de traçado ou descrição imprecisa de limites;
- Avaliar a possibilidade de correção desses limites e propor soluções, mantendo-se as características das sub-áreas e a possibilidade de resgate de informações já sistematizadas, que tenham por referência os limites originais*;
- Verificar, através de superposições sucessivas, o interrelacionamento das bases e os principais pontos de conflito existentes;
- Avaliar a possibilidade de compatibilização dos limites dos zoneamentos, guardadas as especificidades de escala e função e o respeito a normas de natureza técnica;
- Desenvolver uma proposta global com base em estudo prévio que inclua os ajustes indicados de acordo com os objetivos do trabalho;
- Identificar os principais atos e instrumentos normativos necessários à institucionalização da proposta final;

* Esta preocupação deverá orientar todo o trabalho, pois implica em ônus significativo.

- Articular as várias instâncias envolvidas, de modo a assegurar uma ação integrada e simultânea com vistas à viabilização dos objetivos traçados;
- Promover discussões técnicas, através de seminários e/ou outros instrumentos, visando o aprimoramento das disposições e o aperfeiçoamento da proposta, a partir do intercâmbio de informações.

4. METODOLOGIA

Para elaboração deste trabalho serão previstas 4 (quatro) etapas sucessivas, descritas a seguir:

1ª ETAPA - LEVAMENTO DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Como já foi explicitado na justificativa a elaboração deste trabalho não pode prescindir de uma articulação prévia com os órgãos responsáveis pela definição e atualização das bases objeto deste estudo.

Especial atenção deverá ser dispensada ao IBGE e a CONDER, que por pertencerem a outras alçadas de governo, não estão subordinados a decisões que porventura venham a ser tomadas no plano municipal.

. ATIVIDADE 1 - A primeira a ser desenvolvida, deverá, portanto, compreender a negociação com os órgãos diretamente envolvidas, especificamente: IBGE, CONDER, SEPLAM e CASA CÍVIL.

Nos primeiros contatos a serem empreendidos deverá ser averiguado o nível de adesão desses órgãos à proposta, ou seja, o comprometimento com a sua viabilização, sem o qual todo esforço resultará inútil.

. ATIVIDADE 2 - A segunda atividade envolverá o levantamento e a plotagem das bases em plantas do SICAR nas escalas 1:25.000 e 1:10.000, além do levantamento dos instrumentos normativos que as instituam (Leis, Decretos e outros).

. PRODUTO - O produto final desta etapa será um relatório preliminar da situação, em que poderão ser redefinidas as condições para viabilização da proposta.

2ª ETAPA - RETIFICAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE LIMITES

De posse das informações e dos instrumentos levantados na primeira etapa, serão adotados os seguintes procedimentos:

. ATIVIDADE 1 - compreenderá o diagnóstico da situação: a partir da superposição sucessiva das bases - da escala micro, representada pelos Setores Censitários, para a macro, representada pelos Distritos Municipais, passando pelas intermediárias: Zonas de Informação, Unidades Espaciais de Planejamento e Regiões Administrativas - deverão ser identificados os principais pontos de conflito entre elas e onde os limites respectivos apresentam problemas de traçado ou descrição imprecisa.

. ATIVIDADE 2 - Consistirá na elaboração da proposta preliminar para a revisão das bases, compreendendo os estudos técnicos necessários e o indispensável intercâmbio de informações entre as instâncias envolvidas.

- A abordagem deverá deter-se inicialmente nos Setores Censitários e nas Zonas de Informação, por se constituírem sub-unidades das demais bases.

As Zonas de Informação (ZI's), principalmente, devem ser objeto de revisão cuidadosa, pois é a partir delas que se verificam as principais incongruências que vão se repetir de forma cumulativa nas unidades maiores - Unidades Espaciais de Planejamento (UEP's) e Regiões Administrativas (RA's).

A reproposição das bases, no entanto, não poderá se dar de forma segmentada, pois deve sempre ser mantida uma relação intrínseca entre o que vai ser proposto a nível micro e os ajustes pretendidos a nível macro.

Devido a esse interrelacionamento, a etapa como um todo presupõe um trabalho de reconceituação das bases - enfocando o seu caráter, função e escala - o que se torna indispensável no caso das UEP's, RA's e Distritos, que além de unidades de informação, destinam-se a finalidades mais complexas, como o planejamento e a regionalização administrativa.

Para tanto, vale mais uma vez ressaltar o comprometimento e a participação dos órgãos envolvidos na formulação de qualquer proposta, pois em última instância cabe a eles a palavra final sobre possíveis alterações nas suas bases de trabalho.

. PRODUTO - A etapa deverá ser concluída com a elaboração de proposta preliminar para retificação e compatibilização dos limites das bases - excluindo-se os Distritos Municipais, que serão retomados em etapa específica; por envolverem níveis mais amplos de negociação.

O produto final deverá conter as indicações, recomendações e os instrumentos básicos para implementação da proposta, bem como os recursos gráficos para sua visualização e compreensão.

3ª ETAPA - PROCESSO DE DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA PROPOSTA FINAL.

. ATIVIDADE 1 - A proposta preliminar deverá ser submetida à discussão antes de qualquer medida visando a implementação total ou parcial de suas definições.

A atividade supõe o envolvimento tanto dos órgãos diretamente afetados - IBGE, CONDER, SEPLAM e CASA CIVIL - como também de esferas mais amplas, que podem abranger, por exemplo, outros órgãos municipais e estaduais interessados, entidades representativas dos setores organizados da sociedade, Câmara Municipal, etc.

Como primeiro procedimento, deverão ser encaminhados exemplares da proposta aos órgãos envolvidos, para análise e possíveis modificações.

Num segundo momento, serão realizados seminários para divulgação da proposta e incorporação de novas contribuições, o que deverá ser objeto de programação específica.

ATIVIDADE 2 - Compreenderá a formulação da Proposta Final, após a incorporação - na medida de sua pertinência e viabilidade técnica - das contribuições apresentadas.

PRODUTO FINAL - Se consubstanciará nas novas bases para os Setores Censitários, Zonas de Informação, Unidades Espaciais de Planejamento e Regiões Administrativas, a serem apresentadas na forma de mapas (plantas cadastrais), e para as três últimas também em texto (descrição dos limites interzonais).

O produto final deverá compreender, ainda, especialmente no caso das UEP's e RA's, o conjunto de instrumentos normativos (minutas de lei) para a institucionalização das bases.

4ª ETAPA - DIVISÃO DISTRITAL

A revisão da divisão distrital do Município de Salvador deverá suceder as etapas anteriores deste trabalho, destacando-se da revisão conjunta das demais bases por envolver níveis mais complexos de negociação.

Sendo a mais antiga base para desconcentração de atividades administrativas no âmbito de Salvador, é a que se encontra mais incorporada às rotinas dos órgãos municipais e estaduais atuantes em seu território, o que adiciona dificuldades a qualquer proposta de modificação na estrutura existente.

O município tem hoje 2 distritos e 22 sub-distritos, que têm como referência os setores censitários do IBGE.

As Zonas de Informação, criadas posteriormente pela CONDER, incorporaram a base distrital, ajustando seus limites à delimitação em vigor. As Unidades Espaciais de Planejamento e de Regiões Administrativas, contudo, apresentam pouca relação com os Distritos e sub-distritos, o que torna-se particularmente conflitante no caso da última, cuja função é essencialmente a mesma.

Compatibilizar essas bases, portanto, envolve um amplo estudo so
bre a viabilidade técnica e política de sua consecução, deven-
do-se ter bem claro os impactos que serão originados na estru-
tura administrativa dos órgãos que trabalham a várias décadas
com a base distrital.

Por outro lado, qualquer definição sobre o assunto ainda está
condicionada às resoluções finais da nova Constituição Estadu-
al e à legislação que a complementarã, regulamentando os parâ-
metros para criação de distritos e sub-distritos nos Municípi-
os baianos.

Por este motivo, considera-se que a execução da etapa deve ter
neste Plano apenas um caráter indicativo, pois apesar de cons-
tituir o fecho natural dos esforços a serem empreendidos, ain-
da depende para sua viabilização de fatores externos, atualmen-
te não controlados. Propõe-se, portanto, que em momento mais
oportuno seja objeto de programação específica.

ETAPA	ATIVIDADES	PRODUTOS	TEMPO EM MESES																OBSERVAÇÕES
			MÊS 1				MÊS 2				MÊS 3				MÊS 4				
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
1. Levantamento de situação existente	1. Articulação com os órgãos envolvidos	. Relatório preliminar da situação	■	■															
	2. Levantamento das bases e instrumentos normativos			■	■	■													
2. Retificação e compatibilização de limites	1. Diagnóstico da situação	. Proposta preliminar para revisão das bases.					■	■	■										
	2. Elaboração da Proposta Preliminar.								■	■	■								
3. Processo de Discussão/Elaboração da Proposta Final	1. Discussão da Proposta Preliminar	Novas bases para os setores censitários ZI's, UEP's e RA's											■	■	■				
	2. Formulação da Proposta Final														■	■	■	■	
4. Divisão Distrital.																			Etapa a ser programada.

6. RECURSOS

6.1. RECURSOS HUMANOS

- . Coordenador - 1
- . Arquitetos - 2
- . Geógrafo - 1
- . Estagiários - 2
- . Desenhista - 1

6.2. RECURSOS MATERIAIS

6.2.1. Material Permanente

ESPECIFICAÇÃO		UNID	QUANT.
ITEM	COMPLEMENTO		
- ESQUADROS	. Grande	Par	1
	. Médio	Par	1
- ESCALAS	. Tridecím metro	Um	1
- ESTILETE	-	Um	2
- PERFURADOR	-	Um	1
- GRAMPEADOR	-	Um	1
- GABARITO DE CÍRCULO	-	Um	1
- RÉGUA METÁLICA	. 1 metro	Um	1

6.2.2. Material de Consumo

ESPECIFICAÇÃO		UNID.	QUANT.
ITEM	COMPLEMENTO		
- Canetas Hidrográficas	. Ponta fina/ 24 cores	Cx.	1
	. Ponta grossa/10 ou 12 cores	Cx.	1
- Caneta Esferográfica	. Tinta preta	Um	5
	. Tinta azul	Um	5
	. Tinta vermelha	Um	5
- Grafite	. 0,5mm/b ou 2B	Cx.	2
	. 0,7mm/2B	Cx.	2
	. 0,9mm/2B	Cx.	2
- Borracha	. Verde	Um	5
	. 2 cores (tinta/lápis)	Um	4
- Fita Adesiva	. "Mágica"	Um	2
	. Durex	Um	2
	. Crepe	Um	2
	. Dupla face	Um	1
- Pastas	. Elástico	Uma	10
	. Classificador	Uma	10
- Clips	. Tam. grande	Cx.	1
	. Tam. médio	Cx.	2
- Grampos	-	Cx.	2
- Etiquetas Adesivas	-	Uma	50
- Percevejo	-	Cx.	2
- Papel	. Manteiga	Rolo	1
	. Padrão A4 branco	Folhas	500
	. Duplo ofício	Folhas	100
	. Rascunho	Folhas	500
	. Quadriculado duplo ofício	Folhas	100

6.3. Serviços

- . Datilografia
- . Mecanografia
- . Transporte - Carro para deslocamento da equipe nos contatos a serem efetuados em outro órgão e em visitas a campo, quando necessário.